



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 19/3/2015

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Lafayette de Andrada - Alencar da Silveira Jr. - Antônio Jorge - Arlen Santiago - Arnaldo Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fábio Cherem - Gil Pereira - Inácio Franco - Isauro Calais - João Leite - João Magalhães - João Vítor Xavier - Léo Portela - Missionário Márcio Santiago - Noraldino Júnior - Paulo Lamac - Roberto Andrade - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) - Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para as extraordinárias de terça-feira, dia 24, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 24/3/2015.).

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/2/2015

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Bosco (substituindo o deputado Arnaldo Silva por indicação da liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB-PTdoB-PR-PRB-Pros), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 89/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação da pessoa com deficiência nos presídios, cadeias públicas e similares no Estado;

nº 90/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a cinoterapia (terapia que utiliza cães como instrumento terapêutico) como método terapêutico para pessoas com deficiência e a ampliação do acesso a esse tipo de tratamento no Estado;

nº 91/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Pouso Alegre, os direitos da pessoa com deficiência e sua repercussão em toda a região Sul do Estado;

nº 92/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Educação com a finalidade de discutir temas relativos à pessoa com deficiência;



nº 93/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Saúde com a finalidade de discutir temas relativos à pessoa com deficiência;

nº 94/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social com a finalidade de discutir temas relativos à pessoa com deficiência;

nº 95/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Elismar Prado e do deputado Bonifácio Mourão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado;

nº 113/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. Jarbas Feldner de Barros, representante da Federação das Apaes;

nº 131/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a fornecer o apoio necessário ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência na realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

nº 138/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta comissão com a Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a adequação da estrutura física das instituições de longa permanência para idosos no Estado às normativas de acessibilidade a elas aplicáveis;

nº 181/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de profissionais cedidos para as Apaes prejudicados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, bem como sobre as alternativas para a continuidade da cessão de profissionais da educação para aquelas instituições;

nº 191/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais com a finalidade de discutir temas atinentes às políticas direcionadas à pessoa com deficiência sob responsabilidade dessa secretaria;

nº 199/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informação sobre o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social, demonstrando o repasse efetuado a cada município em 2014 e 2015 e sobre a proposta de reajuste do referido piso para o ano corrente;

nº 200/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Elismar Prado, do deputado Bonifácio Mourão e do deputado Bosco, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa solicitação para realização de processo público de seleção e contratação de intérpretes de língua brasileira de sinais - Libras - para acompanhar as reuniões e os eventos desta Casa transmitidos pela TV Assembleia;

nº 205/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências no sentido de conferir tratamento separado dos demais públicos aos dados relativos ao atendimento das pessoas com deficiência, notadamente os que se referem aos serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos e proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;

nº 210/2015, do deputado Duarte Bechir, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Elismar Prado e do deputado Bosco, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana com a finalidade de discutir temas atinentes às políticas direcionadas à pessoa com deficiência sob a responsabilidade da pasta.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Jarbas Feldner de Barros, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Duarte Bechir, presidente - Arnaldo Silva - Bonifácio Mourão - Tito Torres - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2015

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Wander Borges e Missionário Márcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rorigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo*, em 26/02/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 138, 150, 151, 155 a 160, 163, 165 a 176/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 283/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a mudança na Resolução nº 1507/2014, que trata da remoção entre os agentes de segurança prisional, afim de facilitar que esses servidores possam permutar entre si, ficando mais próximos de suas famílias;



nº 284/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública na Câmara Municipal de Governador Valadares para discutir a situação da cadeia pública localizada no Bairro Santos Dumont, bem como a criminalidade no Município;

nº 285/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado aos 513 deputados federais, aos 81 senadores da República, à presidente da República, ao ministro da Justiça e ao secretário nacional de Segurança Pública apelo por medidas de enfrentamento à violência, pois os índices de violência e criminalidade continuam crescendo de forma assustadora e não se vê qualquer esforço do Congresso Nacional e da presidência da República em propor pauta para votação de projetos de lei que pretendem a punição severa dos criminosos;

nº 286/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os novos atos de perseguição e abuso de autoridade praticados em face do Sgt. PM Gabriel Conceição da Rocha, lotado em Santa Efigênia de Minas;

nº 289/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e aos membros da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças pedido de providências para que seja estipulado cronograma para a realização das etapas previstas nos concursos públicos para provimento de cargos da carreira de agente de segurança penitenciários e agente de segurança socioeducativo - Edital 2013 - e para que seja observada a celeridade que os procedimentos requerem;

nº 292/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública ao Ceresp - Contagem com o intuito de verificar *in loco* as condições de acautelamento dos presos e possível superlotação da unidade, o que estaria colocando em risco a segurança dos agentes penitenciários ali lotados, bem como dos próprios detentos;

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os seguintes requerimentos:

nº 288/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública em Sete Lagoas para debater a implantação da Região Integrada de Segurança Pública - Risp;

nº 290/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública em Santa Rita do Sapucaí para debater a questão da segurança no município e suas repercussões em toda a região no sul de Minas Gerais;

nº 291/2015, do deputado Dilzon Melo, em que solicita seja realizada audiência pública em Ilícinea para debater as inúmeras ocorrências policiais no município, tais como furtos, roubos, homicídios, consumo de drogas, entre outros;

nº 293/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir, em caráter de urgência, a notícia de atos de perseguição e ameaças praticados pelo diretor-geral do Presídio de Passos, em face dos agentes penitenciários efetivados em razão do último concurso público;

nº 295/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o uso de aeronaves do Corpo de Bombeiros Militar em Minas Gerais para a prestação de socorro e salvamento de vítimas no Estado, bem como o emprego das aeronaves, seus deslocamentos e custo para os contribuintes, conforme art. 37 da Constituição Federal e arts. 73 e 76 da Constituição Estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio - Celise Laviola.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2015

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Wasmália Bivar, presidenta do IBGE, publicado no *Diário do Legislativo* de 22/1/15; Eneida Magalhães de Lima, superintendente operacional de Belo Horizonte, publicado no *Diário do Legislativo* de 31/1/15; Luzia Maria Ferreira, secretária municipal de Governo de Belo Horizonte, publicado no *Diário do Legislativo* de 26/2/15; dos Srs. Álvaro Campos de Carvalho, engenheiro e superintendente regional do Dnit, publicado no *Diário do Legislativo* de 31/1/15; do Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira, secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* de 1º/2/15. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 276/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a proposta de emenda à Lei Orgânica de Belo Horizonte, que visa permitir a construção de equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social em áreas de proteção: praças, parques, reservas ecológicas e espaços tombados no limite de 15% da área protegida;

nº 277/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os custos das obras do BRT/Move em Belo Horizonte;

nº 278/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Ipatinga, e após, nos demais municípios, o Plano Master de Desenvolvimento do Vetor Leste do Estado, desenvolvido pela Fiemg, que mapeará as potencialidades de todos os municípios no entorno da BR-381, de Belo Horizonte até Governador Valadares;

nº 280/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Lagamar pelo seu aniversário de emancipação política;



nº 281/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Santa Rita do Sapucaí, para debater o desenvolvimento socioeconômico daquela localidade, considerando as políticas municipais e estaduais de apoio ao setor eletroeletrônico, bem como dificuldades enfrentadas por esse setor;

nº 282/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado pedido de informação ao Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER-MG, sobre os trechos rodoviários atualmente em recuperação ou melhoria, juntamente com seu cronograma de obras, abrangidos pelo Programa Estruturador Caminhos de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rosângela Reis.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2015

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 279/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informação para que esclareça as seguintes questões: o motivo da sua viagem ao Rio de Janeiro; o motivo de o governador do Estado se encontrar em missão oficial, especificamente no horário noturno, em plena segunda-feira de carnaval, em restaurante apontado pelos guias turísticos como um dos mais caros daquela cidade; a composição da comitiva, cujos carros e van ocuparam, juntamente com seus inúmeros seguranças, a Rua Aníbal de Mendonça, no Bairro de Ipanema, obstruindo o trânsito; a duração de sua estada na capital do Estado do Rio de Janeiro; o custo total dessa viagem e quem a custeou.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isauro Calais - Antônio Jorge - João Alberto - Bonifácio Mourão - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2015

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do bloco formado pelas bancadas do PT e do PMDB e pelas representações partidárias do PRB, do PCdoB, PTdoB, do Pros e do PR) e os deputados Deiró Marra e Anselmo José Domingos, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Marcos Possato, presidente da Câmara Municipal de Lavras (22/11/14); e do Sr. Célio Dantas de Brito, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (27/2/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11, 161 e 162/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 304/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade na MG-458, nas proximidades do Km 2, no Município de Careaçú;

nº 305/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública debater a situação do transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 306/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para que seja concedida a isenção de taxas no uso de banheiros públicos para pessoas com necessidades especiais nos terminais rodoviários sob responsabilidade dessa autarquia;

nº 307/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para que seja incluído no Programa Caminho de Minas a estrada que interliga os Municípios de Capetinga a São Sebastião do Paraíso, passando por Goianases, na região Leste do Estado;

nº 308/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para reativação da linha de transporte rodoviário intermunicipal que liga Belo Horizonte ao Distrito de São Sebastião do Gil, no Município de Desterro de Entre Rios;



nº 309/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja reformada a ponte localizada na estrada que liga Cocais ao Cachoeirão, em frente à Fazenda Córrego Batista, na área rural de Coronel Fabriciano, a 15 km do centro;

nº 310/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a criação de linhas de transporte público intermunicipal entre Moeda e Belo Vale, com quadro de horários que atenda à população;

nº 311/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação do esgotamento sanitário e da construção da estação de tratamento de esgoto dos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo;

nº 312/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de telefonia e do acesso à internet na região do Vale do Aço;

nº 313/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao chefe do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de informações sobre as obras de recuperação da Ponte Velha, situada sobre o Rio Piracicaba, que liga Coronel Fabriciano a Timóteo;

nº 314/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor- pedido de providências para o imediato funcionamento do poço artesiano do Município de Araçuaí, na comunidade de Alfredo Graça, o qual ainda não está funcionando, mesmo após a conclusão das obras;

nº 315/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que seja enviado o projeto, o planejamento das ações e o cronograma das atividades referentes à implantação do esgotamento sanitário e da construção da estação única de tratamento de esgoto para a região de Coronel Fabriciano e Timóteo;

nº 316/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de providências para a instalação de torres de transmissão para telefonia móvel no Bairro Achados, no Município de Santana do Paraíso;

nº 317/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Tim Telefonia e à OI Telefonia pedido de providências para instalação de torres de transmissão para telefonia móvel no Bairro Achados, no Município de Santana do Paraíso;

nº 318/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Jacutinga ao de Espírito Santo do Pinhal (SP);

nº 319/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Sistema BRT Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 320/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da MG-050, especialmente os projetos em andamento e futuros projetos para a referida rodovia;

nº 321/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o fechamento das balanças nas rodovias estaduais, bem como acerca dos motivos do desligamento dos radares nestas rodovias desde outubro de 2014;

nº 322/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições das estradas MG-462, que liga o Município de Patrocínio ao de Perdizes; e da MG-187, que liga o Município de Patrocínio ao de Ibiá.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Deiró Marra, presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Gilmar de Assis, promotor de justiça e coordenador Caosaude, em resposta ao ofício 3.506/2014/SGM, que encaminhou as notas taquigráficas da 28ª Reunião Ordinária desta comissão; e e-mails dos Srs. Alexandre Aristóteles Carneiro e Givaldo da Silva Martins contendo denúncias sobre possíveis abusos cometidos por policiais. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria de Lurdes Camilli, chefe da Polícia Civil em exercício (31/1/2015); Ana Rita, presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (5/2/2015); Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (12/2/2015); Luzia Maria Ferreira, secretária municipal de Governo de Belo Horizonte (26/2/2015); e dos Srs. Paulo Cesar Vicente de Lima, coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público (30/1/2015); Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral da Polícia Civil; Cel. PM Renato Batista Carvalhais, corregedor da PMMG; Rodrigo Caldeira Grava Brazil, promotor de justiça (31/1/2015); Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto da Presidência do Tribunal de Justiça; Marco Antônio de Rezende Teixeira, secretário de Casa Civil (5/2/2015); Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, corregedor adjunto do CRMMG; Frederico Levindo Coelho, chefe do Núcleo de Disciplina da Corregedoria Regional da Polícia Federal (12/2/2015); Fausto Pereira dos Santos, secretário de Saúde (20/2/2015); Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, presidente da Funai e Valmir Comin, 1º-secretário da Assembleia Legislativa de



Santa Catarina (27/2/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 341/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação do alto índice de homicídios na juventude mineira, com enfoque especial sobre a juventude negra, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais;

nº 342/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o tráfico de pessoas no Estado;

nº 343/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos barraqueiros que trabalhavam no entorno do Mineirão;

nº 344/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater violações dos direitos sociais dos atingidos por barragens e mineração no Estado;

nº 345/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir possível violação de direitos e garantias fundamentais, constrangimento ilegal, abuso de autoridade e assédio sexual contra duas policiais militares lotadas no 46º BPM;

nº 346/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências com vistas a garantir a segurança do vereador Davi Martins Rodrigues, do Município de Santa Luzia, que vem sofrendo ameaças de morte e violência psicológica após denunciar esquema de desvio de recursos públicos nesse município;

nº 347/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante de Polícia Militar do Estado e ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o andamento das investigações relativas às mortes e ameaças aos servidores da área de segurança pública;

nº 348/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação do sistema socioeducativo para recuperação de adolescentes que pratiquem atos infracionais, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais, conforme art. 102, V, "a" e "c" e XV, "a", do Regimento Interno (emendado pelo Deputado Sargento Rodrigues).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Carlos Pimenta - Durval Ângelo.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarquínio, Gustavo Corrêa, Lafayette de Andrada e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, II do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 27/2/2015: ofícios dos Srs. Marcílio de Souza Magalhães, superintendente federal de Agricultura no Estado, e Sidnei Borges Fidalgo, diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança. O deputado Tito Torres retira-se da reunião. Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 303/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para devolução do Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para emissão de outro parecer com as adequações necessárias, no prazo de até 20 dias, tendo em vista a desatualização do projeto diante da atual situação econômica do País. Registra-se a presença do deputado Inácio Franco (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Arnaldo Silva - Thiago Cota - Tito Torres.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Eliana de Fátima Rodrigues Braga, que reclama sobre a falta de legislação que puna aquele que desperdice água; Solange Almeida, solicitando que esta casa também faça um trabalho de conscientização contra o desperdício de água; e Márcia Fernanda Silva Mendes,



sugerindo que os *shoppings centers* fechem aos domingos com o intuito de economizar água e luz; e dos Srs. Wilton Santana, que questiona sobre a postura desta casa em relação ao funcionamento dos minerodutos durante este período de escassez de água, e Getúlio Vargas Pereira, em que reclama da existência de carvoarias próximas a bairros residenciais, no Município de Funilândia. Comunica também o recebimento de ofício do deputado federal Arnaldo Jordy, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, publicado no *Diário do Legislativo*, em 30/1/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 46 a 49, 52, 58, 102, 103 e 106/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Fábio Cherem. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 323/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, o pagamento pela prestação de serviços ambientais aos produtores rurais e agricultores familiares, previsto no Programa Bolsa Verde;

nº 324/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a falta de preservação das nascentes da Serra da Moeda no Estado;

nº 325/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o futuro das políticas públicas de proteção do meio ambiente, a preservação da biodiversidade, controles de poluição e degradação ambiental, sob a ótica de gestão do governo em nosso Estado;

nº 326/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as propostas que visem à proteção ambiental, como a utilização da água da chuva, o reúso da água, a utilização da água em sua melhor forma e propostas de diminuição do consumo e uso consciente;

nº 327/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a atual situação do Rio Itabirito;

nº 328/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada visita à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto de Gestão de Águas para conhecer a agenda das instituições e as ações relativas ao uso dos recursos hídricos e ao combate ao desperdício de água;

nº 329/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Estatuto da Metrópole e suas repercussões na elaboração dos planos diretores de desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas;

nº 330/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizado debate público para discutir a crise da água no Estado;

nº 331/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o balanço do andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha;

nº 332/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a crise hídrica e as medidas de conscientização e mobilização da sociedade para o uso racional e reutilização da água;

nº 333/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a distribuição das áreas verdes no Município de Belo Horizonte;

nº 334/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a energia eólica no Estado;

nº 335/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o assoreamento do Lago da Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte;

nº 336/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o grande índice de poluição do Rio das Velhas no Estado;

nº 337/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público para discutir os desafios do gerenciamento e da utilização dos recursos hídricos em Minas Gerais;

nº 338/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa de Meio Ambiente e à Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça e Habilitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências a respeito da situação descrita por vereadores à Câmara Municipal de Campo do Meio quanto à incineração do lixo no referido município;

nº 339/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater e apresentar o projeto Programa Conservador de Águas, desenvolvido pelo Município de Extrema, nacionalmente elogiado e conhecido, e que recebeu prêmio da ONU de melhores práticas ambientais no planeta;

nº 340/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a viabilidade da construção de um condomínio dentro da Mata do Planalto, uma das últimas unidades de mata atlântica na capital.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Marília Campos - Inácio Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Dirceu Ribeiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dirceu Ribeiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual



é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 26/2/2015: comunicações dos deputados Antônio Lerin na qual abre mão da vaga de membro efetivo desta comissão e Agostinho Patrus Filho, líder do bloco Compromisso com Minas Gerais, na qual indica o deputado Isauro Calais como membro efetivo desta comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 349/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que dispõe sobre o contrato de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, em tramitação no Congresso Nacional;

nº 350/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública no Vale do Aço para debater o piso salarial dos advogados;

nº 351/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para apresentar o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego em Minas Gerais;

nº 352/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da Forluz-MG;

nº 353/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das ocupações existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, buscando junto aos órgãos estaduais, municipais e lideranças informações detalhadas sobre elas;

nº 354/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Willian Rosa para averiguar a situação real em que vivem seus moradores;

nº 355/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Dandara para averiguar a situação real em que vivem seus moradores;

nº 356/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Guarani Kaiowá para averiguar a situação real em que vivem seus moradores;

nº 357/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Rosa Leão para averiguar a situação real em que vivem seus moradores;

nº 358/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Esperança para averiguar a situação real em que vivem seus moradores;

nº 359/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada visita à ocupação Vitória para averiguar a situação real em que vivem seus moradores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Isauro Calais - Tito Torres.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta legislatura. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente e fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias. Registra-se a candidatura dos deputados Elismar Prado para presidente e Roberto Andrade para vice-presidente. Após votação nominal, foram eleitos, por unanimidade, para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Elismar Prado e Roberto Andrade. O presidente *ad hoc*, deputado Roberto Andrade, empossa o presidente eleito e lhe passa a direção dos trabalhos da comissão. O presidente, deputado Elismar Prado, empossa o vice-presidente eleito, deputado Roberto Andrade. Na sequência, a presidência fixa o horário das reuniões ordinárias da comissão para as quintas-feiras, às 9 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2015.

Elismar Prado, presidente - Noraldino Júnior - Douglas Melo - Roberto Andrade.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Arnaldo Silva e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é considerada aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, informando que é autor de requerimento para a realização de um fórum técnico sobre a judicialização da saúde e contando com o apoio dos membros desta comissão para encontrar uma



solução para o problema; *e-mails*, recebidos através do Fale com a Assembleia, das Sras. Elvira Freitas, que pede ajuda da comissão porque está sem medicamento para tratamento de hipertensão pulmonar; e Vera Regina Baeta Minhoto Ferreira, funcionária pública, relatando os desafios por que estão passando os funcionários da Secretaria de Estado de Saúde com a municipalização da saúde e solicitando auxílio deste Legislativo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 17/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 120/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os problemas enfrentados por pessoas portadoras de doenças raras e por seus familiares;

nº 134/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições de saúde pública no Vale do Aço e as medidas necessárias para o seu fortalecimento;

nº 152/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das santas casas e dos hospitais filantrópicos do Estado de Minas Gerais;

nº 153/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação dos leitos de CTI no Estado;

nº 155/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião no Município de Itaobim para debater, em audiência pública, o atendimento em saúde na Região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e que seja realizadas visitas aos hospitais da região;

nº 157/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a produção de medicamentos antimicrobianos;

nº 158/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião no Município de Uberlândia para debater, em audiência pública, as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais do interior do Estado, localizados no Triângulo;

nº 161/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião para ouvir, em audiência pública, explanação do secretário municipal de Saúde sobre a gestão da saúde pública na Capital, projetos desenvolvidos, programas e estratégias a serem implementadas pelo poder público municipal;

nº 162/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as demandas e dificuldades dos hospitais federais no Estado;

nº 166/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião no Município de Curvelo para debater, em audiência pública, as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais do interior do Estado localizados na região Central;

nº 168/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião no Município de Pouso Alegre para debater, em audiência pública, as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais do interior do Estado localizados no Sul de Minas;

nº 363/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião no Município de Nanuque para debater, em audiência pública, a situação da saúde no Vale do Mucuri;

nº 364/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita sejam disponibilizadas as gravações em áudio e vídeo de todas as reuniões da Comissão de Saúde a seus membros efetivos e suplentes.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 365/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de informações sobre a inobservância da Lei Federal nº 12.994, de 2014;

nº 366/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada reunião no Município de Conselheiro Lafaiete para debater, em audiência pública, a suspensão das obras de construção do hospital regional no município;

nº 367/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os recursos financeiros despendidos pelo Estado, nos últimos 10 anos, em decorrência de ações judiciais interpostas por terceiros referentes a demandas objetivando atendimento na área da saúde;

nº 368/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Saúde ao Conselho Estadual de Saúde para colher informações e demandas do órgão sobre a saúde pública no Estado;

nº 369/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir a apresentação de sugestões para o desenvolvimento da saúde pública no Estado dos Conselhos Regionais de Farmácia, Enfermagem, Medicina Veterinária, Odontologia e de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais;

nº 370/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam ouvidos nos assuntos em debate, durante o biênio 2015-2016, como convidados permanentes, os representantes do Conselho Regional de Medicina, da Associação Médica, do Sindicato dos Médicos e da Associação dos Hospitais de Minas Gerais que comparecerem às reuniões desta comissão;

nº 371/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a criação e implantação de regiões de saúde interestaduais próximas às áreas fronteiriças do Estado de Minas Gerais;

nº 372/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação da saúde dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, convidando-se o presidente, Sr. Hugo Vocurca Teixeira;

nº 374/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação da saúde dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, convidando-se o diretor-geral, Cel. PM QOR Eduardo Mendes de Sousa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Carlos Pimenta - Doutor Jean Freire.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Emidinho Madeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 360/2015, do deputado Antônio Lerin, em que solicita seja realizada audiência pública em Uberaba para debater, durante a Megaleite 2015, organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, a criação da Semana do Leite em Minas Gerais.

nº 361/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada visita à CeasaMinas para conhecer os projetos propostos pela nova administração, especialmente aqueles que afetam diretamente o Mercado Livre do Produtor, sob a responsabilidade do governo do Estado.

nº 362/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada audiência pública em Nova Rezende para discutir a constituição do consórcio regional para o desenvolvimento do café no Sul e Sudoeste de Minas e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Emidinho Madeira - Inácio Franco - Nozinho.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/3/2015

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Geisa Teixeira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Rosilene Guedes, presidente do Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-MG -, e da Sra. Maria Auxiliadora Alvarenga, vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de Minas Gerais, solicitando a realização de audiência pública, na comissão, para debater o Estatuto da Metrópole e suas repercussões sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Comunica também o recebimento de ofício do deputado João Leite, publicado no *Diário do Legislativo* em 26/2/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 382/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais pedido de providência para solucionar o problema dos moradores da Ocupação Urbana William Rosa, no Município de Contagem, por meio de ações conjuntas com o governo federal, a Prefeitura de Contagem e a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa;

nº 383/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Estatuto da Metrópole e suas repercussões na elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das regiões metropolitanas, por solicitações do Sindicato dos Arquitetos no Estado de Minas Gerais - Sinarq-MG - e do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-MG;

nº 384/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 385/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita sejam ouvidos as pessoas presentes na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Auxiliadora Afonso Alvarenga, vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de Minas Gerais; e o Sr. Lacerda Santos, coordenador do Movimento Luta Popular. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2015.

Marília Campos, presidenta - Emidinho Madeira - Doutor Jean Freire.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2015

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Gustavo Valadares, Lafayette de Andrada e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da



comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os plantões regionalizados da Polícia Civil e seus reflexos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 7/3/2015: ofício da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Matscelo Boaz Tarley, assistente parlamentar do gabinete do Subtenente Gonzaga, deputado federal; Cel. Winston Coelho Costa, diretor de apoio operacional da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando o Cel PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral; Alexandre Castro, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária, representando Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Luciano Vidal, coordenador de operações da Polícia Civil; Coronel Piccinini, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. Ailton Cirilo da Silva, vice-presidente, representando o Ten.-Cel. PM Márcio Ronaldo de Assis, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; 3º- Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação das Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra-PM/BM; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Paulo Saback, delegado de polícia e presidente da Comissão de Prerrogativas dos Delegados do Sindepominas; Gabriel Ciríaco Fonseca, delegado de polícia; Thiago de Carvalho Passos, delegado de polícia, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 189 a 193/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 392/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião externa da Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a situação da unidade de atendimento às medidas socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social, localizada na Rua Monte Carmelo, no bairro Itapoã, em Belo Horizonte;

nº 393/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública no Município de Sete Lagoas para discutir, em audiência pública, a segurança e a viabilidade de implantação da Região Integrada de Segurança Pública - Risp - na cidade;

nº 394/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja acelerado o processo de assunção da cadeia pública da cidade de Canápolis, uma vez que no local existem cerca de 40 presos, sendo alguns deles integrantes do PCC, e a segurança da cadeia é feita por apenas um agente desarmado, e seja feito o aproveitamento por parte dessa Secretaria dos servidores contratados pela Polícia Civil;

nº 395/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para discutir, em audiência pública, denúncia de ameaça de morte sofrida pelo Vereador Adilson Pacheco, de Nova Serrana, após cobrar do Prefeito Municipal o cumprimento das promessas de campanha e questões ligadas à administração do município;

nº 396/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que analise a criação de uma Delegacia Especializada em Atendimento à Criança e ao Adolescente em Juiz de Fora, haja vista a inexistência desse atendimento especializado na cidade e a demanda considerável, que justificam sua criação;

nº 397/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para discutir, em audiência pública, os roubos e as explosões de caixas eletrônicos no Estado, com ações de criminosos e quadrilhas especializadas, o que vem amealhando populações e colocando em risco a vida de cidadãos, como por exemplo os cidadãos do Município de Jacuí e do Distrito de Monte Verde, pertencente ao Município de Camanducaia, onde em menos de dois meses ocorreram inúmeros crimes dessa natureza;

nº 398/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos Humanos para discutir, em audiência pública, a situação do sistema socioeducativo para recuperação de adolescentes que pratiquem atos infracionais, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais, conforme arts. 102, V, "a" e "c", e XV, "a", do Regimento Interno;

nº 399/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Chefia da Polícia Civil, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a adoção das medidas necessárias para a transformação do cargo de Técnico Assistente da Polícia Civil - Técnico de Enfermagem em cargo de Auxiliar de Necropsia, garantindo aos servidores todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação anterior;

nº 400/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública, em caráter de urgência, para discutir, em audiência pública, denúncias de que o diretor-geral do Presídio de Passos, José Vicente de Souza, teria utilizado gás de pimenta em cela fechada com detentas, entre elas uma grávida de cinco meses, que não representavam risco;

nº 401/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para combate aos crimes que vem assolando a zona rural do Município de Conceição do Mato Dentro e região;

nº 402/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o empenho quanto ao julgamento da sindicância instaurada com o objetivo de conceder promoção por ato de bravura aos policiais militares Sd. PM Adail de Santana Cândido e Sd. Márcio Rodrigues Ferreira, que atuaram em operação que resultou no salvamento de duas idosas no Município de Monte Alegre de Minas;

nº 403/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública no Município de Timóteo, em caráter de urgência, para debater, em audiência pública, o aumento da criminalidade local e a necessidade de maior efetivo policial;



nº 404/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja outorgada competência à Polícia Militar para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO - de delitos de menor potencial ofensivo no Estado;

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 405/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Saúde para debater, em audiência pública, a realização de eventos com bebidas liberadas ou similares no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2015

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Luiz Humberto Carneiro, Iran Barbosa (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do Bloco PT-PMDB-PRB-PCdoB-PTdoB-Pros-PR) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio e a saída do deputado Iran Barbosa. A seguir, a presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Marilúcia da Silva Paixão, reclamando do salário dos professores que enfrentam bandidos armados em escola, dos alunos que não respeitam esses profissionais e principalmente do governo que não toma uma atitude para rever os valores salariais; e Adriana Torga Bellardini, indagando se haverá aumento de salário do funcionalismo público da área da saúde; e dos Srs. Rodrigo, reclamando da incompetência da gestão da Cemig, no governo anterior; José Roberto, informando o envio para o Ministério Público e para a comissão de denúncia em que o helicóptero adquirido pela Secretaria de Saúde permanece no chão desde agosto, no hangar do Corpo de Bombeiros; e José Aparecido da Mata Chaves, reclamando que recebeu a conta da Cemig referente a março de 2015 com aumento, ao passo que o seu salário de professor não sofreu nenhum reajuste. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 406/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público para que realize a devida apuração dos fatos denunciados quanto ao pagamento de altos salários no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

nº 410/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Novo Cruzeiro para discutir e solicitar, em audiência pública, as providências cabíveis quanto à má prestação do serviço público de fornecimento de água, bem como à falta de investimento por parte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais;

nº 414/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado pedido de informações ao governador de Estado sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo;

nº 417/2015, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, sobre o Projeto de Lei nº 5.706/2015, de autoria do governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 179, de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências;

nº 418/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a situação e perspectivas do Ipsemg;

nº 438/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado pedido de informações ao Secretário de Estado de Defesa Social para que especifique quais servidores da secretaria estão à disposição de sindicatos, nominando a quantidade de servidores e a sua classe, conforme dispõe os incisos de I a IV do § 1º do art. 34 da Constituição do Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 419/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado à presidência do TRE-MG pedido de providências para que seja criada uma seção eleitoral no Bairro Balneário Água Limpa, na cidade de Nova Lima;

e nº 420/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a nomeação da Agente de Segurança Penitenciária Samanta Demônico Garcia, classificada na 11ª posição para a vaga JD 12.127 na 5ª Risp de Uberlândia, publicada no diário oficial do Estado de Minas Gerais, em razão de ser a única nomeada em um universo de 170 remanescentes e haver, segundo representantes destes indícios de inversão da ordem de classificação na nomeação supracitada.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

João Magalhães, presidente - Fábio Cherem - Cristina Corrêa - Thiago Cota.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Cristina Corrêa, Geisa Teixeira e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Arlen Santiago, Bosco, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Deiró Marra, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Inácio Franco, João Alberto, João Leite, João Magalhães, Leonídio Bouças, Mário Henrique Caixa, Missionário Marcio Santiago, Paulo Lamac, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Wander Borges, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 23/3/2015, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 5.497/2014, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Arlete Magalhães, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de março de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O presidente despachou, em 19/3/2015, a seguinte comunicação:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que notifica o falecimento do Sr. José Fernandes Sobrinho, em 16/3/2015, em Pedralva. (- Ciente. Oficie-se.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com a jornalista e escritora Clara Arreguy pelo lançamento do seu livro *Siga as setas amarelas - De bicicleta no Caminho de Compostela* (Requerimento nº 152/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);
- de congratulações com o Sr. José Prata Araújo pela publicação do livretinho *Por que Dilma e Fernando Pimentel venceram as eleições em Minas?* (Requerimento nº 153/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);
- de congratulações com a comunidade de Cruzeiro da Fortaleza pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 180/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Guarda-Mor pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 181/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Lagoa Formosa pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 182/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Guimarães pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 183/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Pedrinópolis pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 184/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Tapira pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 185/2015, do deputado Bosco);
- de congratulações com a comunidade de Francisco Dumont pelo 52º aniversário desse município (Requerimento nº 186/2015, do deputado Carlos Pimenta);



de congratulações com a comunidade de Ubaí pelos 52 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 187/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Itacarambi pelos 53 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 188/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/2/2015, em Betim, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas, explosivos, munição e na prisão de um homem (Requerimento nº 189/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/2/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, materiais provenientes de crime, veículo e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 190/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/2/2015, em Uberaba, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, objetos de valor e na prisão de 11 pessoas (Requerimento nº 191/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 24º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/2/2015, em Varginha, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de cinco pessoas (Requerimento nº 192/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª e 3ª Cias. Rotam, pela atuação na ocorrência, em 24/2/2015, em Betim, que resultou na apreensão de arma, drogas, explosivos e munição (Requerimento nº 193/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os familiares do professor Manoel Viana pela edição do livro *Gotas filosóficas*, obra póstuma que será lançada em Padre Paraíso, sua cidade natal (Requerimento nº 194/2015, do deputado Doutor Jean Freire);

de congratulações com a Sra. Ivana Ferrante Rebello e o Sr. Jorge Silveira, autores do livro *Toninho Rebello, o homem e o político* (Requerimento nº 195/2015, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Cristália pelos 52 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 198/2015, do deputado Carlos Pimenta).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/3/2015

O deputado Arnaldo Silva* - Sr. Presidente, nobres deputados que compõem a Assembleia de Minas Gerais, é com muita alegria e com muita honra que me faço presente, pela primeira vez, nesta tribuna, que já foi palco de pronunciamentos que ficaram marcados na história política de Minas Gerais. Externo minha alegria de compor a bancada do PR, acompanhado dos caríssimos colegas deputados Deiró Marra e Léo Portela, esse grande companheiro.

Nesta oportunidade, principalmente em razão do momento que estamos vivendo, somos chamados a uma reflexão sobre os grandes desafios que temos pela frente para desempenharmos nosso papel na vida pública. Estamos vivendo um momento em que a sociedade nos cobra muito mais efetividade, eficiência e resultados em nossos trabalhos produzidos nesta Casa. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Poder Legislativo é referência nacional.

É com muita alegria também que o PR integra a base de sustentação do governo Fernando Pimentel. Temos de reafirmar, líder Rogério Correia, líder Durval Ângelo, que o PR deposita sua confiança neste governo que se inicia, neste governo que propõe mudanças, neste governo que se declara transparente e que requer o nosso compromisso de dar sustentação e acreditar que certamente será o governo que Minas Gerais tanto espera.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os colegas deputados que conosco aderiram ao requerimento para que formássemos nesta Casa a frente parlamentar de apoio às santas casas de saúde e aos hospitais filantrópicos. Graças ao apoio recebido dos nobres colegas desta Casa, este requerimento obteve êxito.

Estendo a todos o convite para um evento que se realizará na tarde de hoje, a partir das 17 horas, na Associação Médica de Minas Gerais. Nesse evento, que está sendo realizado pela Federassantas, estaremos tomando posse como coordenador dessa frente parlamentar de apoio às santas casas de saúde e aos hospitais filantrópicos. Quero compartilhar essa causa, que é de todos nós, com todos os deputados para, juntos, desenvolvermos um trabalho por meio dessa frente, que tanto necessita do apoio do Legislativo estadual. As santas casas e os hospitais filantrópicos representam hoje mais de 50% do atendimento de saúde.

Temos aqui grandes nomes da área da saúde em nosso estado, como os deputados Arlen Santiago, Antônio Jorge, Antônio Carlos Arantes, Wander Borges, Carlos Pimenta e tantos outros que compõem essa frente de saúde. Quero convidar todos a participar conosco dessa frente de uma causa única. Esta Assembleia precisa abraçá-la.

Precisamos muito vencer os obstáculos, que não são pequenos. Há um endividamento muito grande dessas entidades, há uma defasagem da Tabela SUS. Temos de nos posicionar em relação a isso e em relação à necessidade de investimentos na capacitação e no gerenciamento dessas entidades, principalmente, para contribuímos para a formação de uma grande rede de hospitais filantrópicos e de santas casas de saúde em Minas Gerais.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* - Obrigado, deputado Arnaldo. Quero me manifestar, num primeiro momento, enaltecendo sua iniciativa. Os dados que V. Exa. traz a esta Casa são todos realistas. Existe uma enorme margem de oportunidade agora, neste



início de governo, para que possamos, de forma criativa, engenhosa e republicana, discutir com esse segmento e com o governo as possibilidades de apoio a esse segmento, do qual os mineiros dependem, e muito.

Vários deputados foram signatários dessa iniciativa, e V. Exa. cria oportunidade não só para o debate que está por vir, mas também para termos um espaço de garantia daquilo que foi feito, até então, em favor desse segmento, como os programas Pró-Hosp. Os governos são eleitos para isso, mas espero que se mantenha a perspectiva de apoio financeiro, de uma forma republicana, de uma forma equânime, reconhecendo as diferenças regionais para apoiar esse segmento que luta. De forma histórica, as santas casas antecedem muitas das nossas instituições. A filantropia quase que se inaugura com o advento das misericórdias, portanto, V. Exa. deve ter neste parlamentar um soldado alinhado a esta causa.

Pensando para frente, quem sabe conseguiremos fazer com que o BDMG tenha linha de crédito e que tenhamos possibilidade de refinanciamento de dívidas, acima de tudo, para termos também uma trincheira de defesa daquilo que já foi conquistado. Parabéns a V. Exa. Estaremos alinhados na solenidade que inaugura essa atividade. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Pois não, deputado Arnaldo. Queria parabenizá-lo por sua ação, já colocada pelo deputado Antônio Jorge, como importante e fundamental nesse processo.

Queria também me solidarizar a esta causa. O trabalho que V. Exa. está fazendo começa a surtir efeito não só neste caso mas também na região, onde temos notícias da atuação de V. Exa. Queria parabenizá-lo por esse início de mandato.

Queria aproveitar também para fazer uma saudação àqueles do sistema prisional, das medidas socioeducativas que estão aqui. Eles são da área administrativa e trabalham a ressocialização dos presos. Certamente, estão aqui aplaudindo também a iniciativa de V. Exa. Eles já estão entrando em contato com a Secretaria de Planejamento. Pediríamos a V. Exa. que nos ajudasse na solução do problemas deles, na melhoria da carreira. É um compromisso que ficou para trás e que precisamos resolver agora. Parabéns, deputado.

O deputado Léo Portela (em aparte) - Primeiramente, boa tarde a todos, boa tarde ao pessoal do Sindpúblicos e aos amigos da Feteb, das comunidades terapêuticas, que se fazem presente nesta Casa.

Deputado Arnaldo, seu mandato representa, de forma brilhante, os ideais republicanos. Em nome do PR, minhas congratulações pela presidência da Federassantas. Tenho a certeza de que sua luta em favor da saúde, à frente dessa entidade, será digna e histórica e se potencializará através do seu mandato. Quero dizer que nós, do PR, atentamente, estaremos participando desse governo.

A nossa voz será de cobrança também, para fazer com que o governo tenha uma visão demorada da saúde, principalmente das comunidades terapêuticas de Minas Gerais, que lutam com tamanha dificuldade no início deste ano.

Quero dar uma notícia. Através da nossa atuação, através da atuação do PR, deputado Arnaldo, o secretário de Governo, Odair Cunha, já garantiu a normalização do pagamento da rede complementar de suporte social, que já começa hoje. É uma vitória, é uma reivindicação nossa, é uma reivindicação de todos aqueles que lutam e militam a favor da vida e contra as drogas no Estado, é uma vitória das famílias, é uma vitória da vida.

Sei que V. Exa. nos apoia nessa luta. O seu mandato servirá também para dar um grito, para ser voz ativa a favor de todos nós, na saúde. Devemos defender aqueles que militam nas comunidades terapêuticas, que precisam estar representados e ter voz ativa no governo. Parabéns, deputado Arnaldo, pelas Federassantas! Parabéns pelo excelente mandato! Faço essa saudação em nome do PR.

O deputado Arnaldo Silva* - Eu que agradeço, deputado Léo Portela. Estamos juntos nessa caminhada. A sua luta também é a nossa luta no Partido da República. Estamos em plena sintonia.

O deputado Ricardo Faria (em aparte)* - Deputado Arnaldo, eu também não poderia deixar de registrar a nossa alegria e cumprimentá-lo por essa bela iniciativa. Se recorrermos à história recente do SUS, que consta na Constituição democrática de 1988, com o modelo universal de atendimento, veremos que, anteriormente, o modelo era excludente. A população se valia das santas casas de misericórdia. Portanto, temos uma herança, um compromisso com as santas casas. V. Exa. propõe a criação dessa frente parlamentar em boa hora. Precisamos pautar essa discussão na Assembleia. Saúdo V. Exa. por essa brilhante iniciativa e coloco-me à disposição nesse debate.

O deputado Arnaldo Silva* - Muito obrigado, deputado. Estaremos juntos nessa causa, nessa caminhada. Essa frente parlamentar é do Poder Legislativo de Minas Gerais e estará à disposição para um trabalho conjunto com todos os nobres colegas deputados desta Casa.

Para finalizar, deixo o meu agradecimento e a nossa visão do atendimento que está sendo dado pela vice-presidência da Copasa, através do Dr. Miranda Júnior, que sempre recebe de portas abertas os parlamentares, os prefeitos e os vereadores que o procuram. Realmente, esse é o atendimento que esperávamos dessa estatal. Também registramos o atendimento dado pela vice-presidência da Cemig, através do Dr. Mateus Moura, grande advogado que desempenha um trabalho brilhante nessa empresa. Queremos que continuem assim, depositando no PR toda a sua confiança. Ainda é prematuro fazer qualquer julgamento. Deixamos registrado também o nosso respeito pela oposição nesta Casa, que, sem dúvida alguma, contribui muito para os trabalhos aqui desenvolvidos. Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas deputados.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna pela primeira vez neste mandato para saudar aqueles que aqui chegam pela primeira vez, com quem já convivemos e dos quais já guardamos o nome. Cada um tem uma história, conferida pelo povo, com muito denodo, na eleição de outubro passado. É uma alegria dizer que convivemos aqui para o bem de Minas Gerais, sem visão partidária, sem radicalismo.

Esta é uma casa de todos e vamos caminhar quatro anos para o bem de Minas Gerais, sem discriminação, vivendo como irmãos. Aqui é uma confraria para o bem do povo de Minas Gerais.

Dito isso, abraçando cada um de vocês, agradeço a minha região por, mais uma vez, promover-me como deputado estadual nesta Casa já por seis mandatos, a esse povo generoso do Alto Paranaíba e de algumas cidades do Noroeste. O Alto Paranaíba tem como cidade principal Patos de Minas, com uma constelação de cidades próximas, cuja distância não ultrapassa 120km. Recebi ali, para minha felicidade, 80 mil votos, pelos quais agradeço. Tenho um profundo sentimento de identidade com todos, com todas as



diferenças que lá existem, sem discriminação nenhuma das pessoas. Senti-me privilegiado em poder representá-los. A democracia representativa é um avanço que aconteceu nos países que adotaram a democracia como forma de governo. Entendemos que, à medida que proclamamos a liberdade, ou seja, a tríade da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade - realizamos pouco, mas creio que podemos avançar e conseguir muito adotando a equidade como fator de regulação. A equidade está ligada à liberdade. Ela é exatamente uma forma de analisar a população, o povo de um país, e regular suas diversas diferenças, principalmente com relação aos estratos sociais, que precisam estar mais próximos. O governo tem uma filosofia para comandar isso. Para comandar com liberdade, igualdade e fraternidade, temos três modelos de Estado, o Estado máximo, o Estado mínimo e o Estado chamado da razoabilidade, que vem sendo implementado lentamente. Ele é uma média dos dois sistemas, das duas formas de governar.

O Brasil é um país extremamente neoliberal, o que não podemos ignorar. Assim, é um país do *laissez-faire*, que deixa passar muita coisa, pois não há regulação nem razoabilidade. É para isso que quero chamar a atenção. Estamos vivendo o momento de um país neoliberal. Já tivemos dois mandatos de presidentes ligados ao sistema mais social-liberal, com Lula e com a nossa presidente Dilma. O presidente Fernando Henrique Cardoso adotou a social-democracia, que é do Estado da razoabilidade, como os dois anteriores. Quer dizer, que o Brasil está buscando adotar o modelo social-liberal, com equidade, adotando, por exemplo, regulação das políticas públicas de compensação social. É exatamente o que a presidente tem feito na educação, por meio do Fies, do ProUni, de cotas para afrodescendentes. É uma forma de compensar as diferenças sociais.

Então, quero primeiramente mostrar como o Brasil se insere nesse cenário internacional, com uma economia instável, sobretudo. Fernando Henrique, num primeiro momento, com seu conhecimento internacional, com seu conhecimento de Brasil, controlou a inflação, criou mecanismos de controle. Sinto muito que até hoje as agências de regulação não funcionem. De lá para cá, mudaram-se os governos. Fernando Henrique terminou o seu governo com muitas conquistas. Estamos num processo de democratização no País, desde 1985. Então, esses movimentos que aconteceram domingo e antes disso são chamados movimentos ou lutas de reconhecimento, de situações de populações ou de segmentos da sociedade, com demandas heterogêneas, que clamam para serem reconhecidos.

Ali nas galerias há gente do sistema prisional clamando. Há reclamações de todas as formas.

Queria dizer que desde 1991, quando cheguei aqui, escuto - e já escutava antes - que precisávamos de reforma política, de reforma tributária, de rever o pacto federativo. Temos três Poderes para cuidar disso, mas o principal é o Legislativo. É um poder múltiplo, de representações das mais diversas. Nesta Casa há 22 partidos; no Congresso Nacional há 32. Acredito que esses espaços estão ocupados por interesses localizados. Parece que isso implica a não realização das reformas desde Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, ele constituiu o Comunidade Solidária, que serviu de modelo para Lula e para nossa presidenta ampliar os projetos sociais, os programas sociais, como hoje se faz tão bem.

Por outro lado, o País é a oitava economia do mundo, mas convive com a exclusão, com a pobreza. Isso é desumanidade. Fazer crítica é fácil, mas hoje não quero criticar ninguém. Quero convocar todos os deputados para o verdadeiro ecumenismo político. O Congresso Nacional está precisando ouvir uma coisa dessa para partir para a ação, para a ação comunicativa, para a comunicação de ações. Precisamos agir para mudar um pouco o sistema de trabalho do Congresso, das casas legislativas. Tem de haver transparência, trabalho, materialização e seleção de projetos para que o povo seja acolhido como ser humano.

Com muito prazer, concederei a palavra ao meu companheiro deputado João Leite. Precisamos da oposição e da situação fazendo uma discussão razoável, uma discussão para conseguirmos materializar projetos para o povo. Deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio, que sabe do carinho que tenho por V. Exa. e por sua história. Concordo plenamente com a abordagem que V. Exa. fez. (- Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) - Vou pedir às pessoas que estão nas galerias, participando do trabalho de maneira muito democrática, que escutemos os oradores. Ao final de cada orador, vocês podem aplaudir e reivindicar. Agora vamos ouvir com atenção. Esse é um pedido que a Mesa faz encarecidamente a vocês, que sabemos que têm uma folha de serviços prestados a Minas Gerais.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, presidente. Deputado Hely Tarquínio, como sempre, V. Exa. vai firme e ao ponto. Na última legislatura tratamos muito disso, da questão do pacto federativo. Minas Gerais e seus municípios não darão conta se continuar a política do governo federal de desoneração, bem como o não repasse ao Estado e aos municípios. Por exemplo, a solicitação dessa carreira depende do pacto federativo, que V. Exa. citou. O pacto federativo representa mais recursos dos impostos arrecadados nos municípios e nos estados para que os estados possam dar, para essa carreira tão importante, que trabalha com adolescentes em conflito com a lei, uma carreira e um salário digno. Deputado Hely Tarquínio, vale também para os profissionais das comunidades terapêuticas - CTs -, que tratam de milhares de pessoas - usuários, dependentes de drogas -, mas o Estado muitas vezes não tem recursos para financiar essa política tão importante. Por isso quero agradecer a presença dos servidores da Subsecretaria Socioeducativa. É claro que a Assembleia apoia o deputado Hely Tarquínio. O discurso dele vai ao encontro da necessidade tanto dessa política quanto das CTs. Parabéns. Receba minha admiração, deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio - Continuando, o que quero aqui expor e o que me preocupa é que são 32 siglas. Precisamos, neste momento, partir para a ação. Assistimos, civilizadamente, à manifestação desse povo - foram mais de 2.500.000 pessoas. A presidente reconheceu humildemente que precisa agir, que precisa mudar o rumo de seu governo. Mas ela ganhou a eleição, temos de apoiá-la. Ela tem bons projetos, temos certeza. Mas o que complica? Penso que 32 siglas viraram 32 balcões de negócio no Congresso Nacional. Tenho preocupação com o Poder Judiciário, porque penso que o Poder Judiciário é o que mais pode ajudar nessa hora, já que o aspecto processual dos corruptos não anda. O nosso direito positivo, no aspecto processual, tem mais de 59 dispositivos para protelar. Aqui está o deputado Bonifácio Mourão, que sabe disso. Já está acabando o tempo? Estou terminando. Depois concederei aparte.

Os processos não finalizam. Fico preocupado. Não estamos jogando a culpa em todo o mundo. No Congresso Nacional há muita gente boa, mas há também muita fruta podre, e isso não pode predominar a maioria do povo. Temos de ter sempre a consciência da representação popular, não só aqui, mas no Congresso, nas casas legislativas, para fazer um verdadeiro pacto e comunhão para o bem



do povo brasileiro. Até na comunhão de Cristo havia alguém prejudicando, isso é próprio do ser humano. Mas o bem tem de prevalecer.

O que penso é que também o Poder Judiciário tem de acordar, criar mecanismos, criar projetos que agilizem os processos no Congresso Nacional e aqui no Estado; projetos que façam com que o julgamento possa ser rápido. O Ministério Público e a Polícia Federal estão tomando suas providências, mas, quando esbarra no Judiciário, há o aspecto processual, que acontece lentamente. Não é culpa do juiz; quem trabalha naquela seara ou no Legislativo conhece as mazelas. Vamos criar mecanismos para agilizar a Justiça. Nós, deputados, e todo o poder constituído recebemos um cheque em branco do povo na confiança de que tomaremos conta da vida dele. Temos um grande orçamento baseado nas necessidades, nos diagnósticos, nos planejamentos. É isso que estamos concitando aqui. Não quero fazer crítica, falar que “a” ou “b” estão certos, mas a manifestação é um momento crítico, e temos de tomar uma posição. Situação e oposição juntos, com a missão, a responsabilidade, a deontologia, que é o dever de cada um de nós como representantes do povo, de promover o bem-estar do povo. De não permitir tanta exclusão, tanta pobreza, tanta droga. Além do mais, o poder tem muitos interesses localizados. Essa é que é minha preocupação. Quando digo interesses localizados, é o capital tomando conta do poder, conglomerados empresariais tomando conta do poder em detrimento da maioria do povo.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* - Deputado Hely Tarquínio, venho aqui parabenizar V. Exa. por essa análise que faz diante da conjuntura nacional política e social que temos enfrentado. Nessa análise, quero focar na coletividade. Hoje, se nós, o Parlamento de Minas e os partidos, não trabalharmos para quem está na ponta, para os movimentos e pelo progresso da coletividade, não subsistiremos. Então esse alerta que V. Exa. traz a esta Casa é muito importante. Quero dizer da grande admiração e do grande respeito que tenho por V. Exa. por trazer esse assunto, e pela sua história de trabalho como parlamentar, contribuindo para o crescimento de Minas. Parabéns!

O deputado Hely Tarquínio - Para terminar, acho que toda essa corrupção é por causa de financiamento de campanha. A reforma política e a mudança na forma de financiamento têm de ser feitas. Enfim, vamos todos, de mãos dadas, de uma forma missionária, a partir da comunhão de todos os poderes, melhorar o Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Hely Tarquínio, nosso decano que tão bem me antecedeu, pelo seu pronunciamento alertando todos nós que militamos e fazemos política no nosso estado e em todo o País; também todos os deputados e deputadas aqui presentes, os telespectadores da nossa TV Assembleia - TV Assembleia esta, e gosto sempre de dizer isso, deputado Mourão, idealizada pelo nobre deputado Alencar da Silveira Jr., - e todo o público presente.

Publicamente reafirmo todo o apoio e comprometimento do Bloco Verdade e Coerência aos servidores do Sindpúblicos, sobretudo buscando valorizar a carreira dos senhores e das senhoras. Atendendo a pedido do deputado Lafayette de Andrada, vamos apresentar um requerimento para que seja realizada a tão desejada audiência pública que os senhores e as senhoras desejam. Quero dizer a cada um aqui presente que dois motivos me trazem a esta tribuna na tarde de hoje. O primeiro deles é para dizer e alertar - da mesma forma que o deputado Hely Tarquínio, que me antecedeu, fez questão de dizer - sobre os fatos ocorridos no último domingo em nosso país.

Quero dizer que tenho o maior respeito pelos ministros da presidente da República, mas causou-me tamanha estranheza o pronunciamento do ministro de Estado. Isso pode ser em razão, sobretudo, do autoritarismo que impera junto à presidente da República, que não quis, num primeiro momento, aceitar e reconhecer as manifestações populares. Ouvir de um ministro de Estado que aquelas pessoas que ali se encontravam não faziam diferença nenhuma para eles, porque não eram eleitores da presidente da República, foi um total desrespeito com a população brasileira. Mas nada melhor que um dia após o outro. Ontem a presidente da República teve de ir à imprensa para dizer que aceitava, de forma tranquila, e reconhecia que os problemas precisavam ser enfrentados.

Os órgãos de imprensa hoje mostram que aquelas pessoas ali se encontravam por dois motivos, deputado Rogério Correia. Primeiro, porque foram iludidos pela presidenta da República em 2014, em função de vislumbrar apenas uma vitória eleitoreira para prosperar no poder, algo inerente ao partido da presidenta. Fez de tudo e mentiu como ninguém aos brasileiros, dizendo que a economia do País caminhava tranquila, que não haveria aumento de combustível, que não teríamos aumento de energia elétrica. Mas, passadas as eleições, um governo, que não é novo, mas de continuidade - a presidenta da República foi reeleita por uma pequena maioria dos brasileiros -, dizer que não sabia da realidade do País, isso beira a irresponsabilidade.

O segundo motivo dos que estavam nas manifestações era a corrupção exagerada, iniciada no governo do ex-presidente Lula junto à maior empresa brasileira. O atual governo sucateou a Petrobras, o atual governo conseguiu fazer com que a nossa empresa, que era referência e orgulho, fosse reconhecida como uma empresa que serve de trampolim financeiro do partido da presidenta da República. Vamos ver se ela terá humildade suficiente para olhar nos olhos dos brasileiros e tomar as medidas com as quais os iludiu em 2013. Medidas que disse que tomaria, mas não tomou.

E entro no segundo assunto que me traz aqui hoje. Está na hora de a presidenta da República e do atual governador de Minas descerem do palanque e governarem para os brasileiros. O governador Fernando da Dilma foi ministro da presidenta da República e ajudou a fazer as desonerações fiscais que hoje prejudicam o nosso estado. Está na hora de os dois descerem do palanque, acabarem com a farsa meramente eleitoreira que imperou junto aos brasileiros e aos mineiros para ganhar as eleições.

Deputado Rogério, V. Exa. sabe que tenho o maior respeito por V. Exa., mas o assunto possivelmente vai me tomar grande parte do tempo, e da mesma forma peço a compreensão aos deputados do Bloco Verdade e Coerência.

Tomei conhecimento, pelos órgãos de imprensa, na última quinta-feira que o governador de Minas, Fernando da Dilma, - não sei se por maldade ou desconhecimento - havia encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais uma errata ou um novo orçamento para ser votado. Em primeiro lugar - e chamo atenção de cada um dos senhores - foi uma falta de respeito com este parlamento. Quem faz o orçamento não é o governador do Estado, mas esta Casa, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira, com o apoio de todos os deputados que aqui estão. Cabe a cada um de nós, e possivelmente - com todo respeito por aqueles deputados



que no passado eram oposição e hoje são situação -, por uma total irresponsabilidade, não votaram o orçamento no final do ano passado. Não deram aos servidores do Estado os reajustes necessários e dignos a cada um de vocês, recusaram-se a votar os 4,3% de reajuste. Não votaram.

É quero dizer a cada um dos senhores que se mostra mais uma vez a grande farsa que o Fernando da Dilma tem realizado no nosso estado. Como pode, deputado Duarte Bechir, um governador do Estado, eleito pela maioria dos mineiros... Sei reconhecer as derrotas como sei reconhecer as vitórias, e nos quatro anos de mandato fui dos primeiros, senão o primeiro deputado, a subir a esta tribuna para dizer que faria uma oposição vigilante, ativa e, mais do que isso, cobraria do atual governo todas as promessas eleitoreiras que havia feito durante a campanha. Quem faz a vida pública sabe que o povo está cansado de mentiras.

Está na hora de cumprir com tudo aquilo que falou. Mas o que se mostra, mais uma vez, é a incoerência do Fernando da Dilma. Não vou fazer qualquer crítica pessoal, mas o governador do Estado disse aos órgãos de imprensa que temos um déficit de R\$6.000.000.000,00, não por problemas econômicos, mas porque o governo anterior errou em suas contas e cálculos. Ora, se a presidenta da República disse aos órgãos de imprensa que estava readequando o orçamento da União em função de problemas econômicos que afligem o nosso país, como pode o governador, que foi ministro dela, dizer que o País não caminha com problemas econômicos, que está tudo bem?

Não sou especialista em orçamento, mas, pelo estudo que o atual governo encaminhou a esta Casa mostrando a diferença entre os números, percebi que todas as receitas tributárias serão menores do que as de anos passados. Será que não há um problema econômico em nosso país ou será que o governador apenas não quer aceitar a realidade explicitada aqui na última semana, quando parte dos deputados que aqui se encontram aprovaram uma reforma administrativa que visa, única e exclusivamente, criar despesas para o Estado e alocar companheiros políticos?

Foram criados aqui milhares de cargos diretos, e o atual governo não teve a hombridade de reconhecer que estava criando mais despesas.

Peço a compreensão das galerias para poder continuar o meu discurso, apontando o mais grave que constatei na entrevista do governador. Se, segundo ele, temos em nosso Estado um déficit de R\$6.000.000.000,00, como explicar aos mineiros que o atual governo, em 7/1/2015, tenha atravessado uma petição junto à Vara de Fazenda Pública Estadual da Comarca de Belo Horizonte solicitando a suspensão de um pagamento que havia sido determinado pela justiça do nosso Estado? Não sou eu quem diz isso, mas os órgãos de imprensa. Além do mais, isso está neste documento oficial do governo do Estado. Ora, o fato é que o Banco do Brasil, em uma ação meramente eleitoreira, deixou de fazer ao nosso Estado repasses que deveriam cobrir determinadas obras assinadas no passado.

Que me perdoem os atuais deputados, mas digo sempre que tenho orgulho de ter feito parte do governo passado. Nunca me envergonhei de subir a esta tribuna e defender os empréstimos que o governo anterior fazia. Quem tem condições de pegar dinheiro em banco tem crédito. E o governo do Estado de Minas Gerais tinha crédito antigamente; cumpria com suas obrigações. Frente ao não cumprimento pelo Banco do Brasil de acordo celebrado em dezembro de 2012, o governo do Estado impetrou judicialmente os recursos necessários para garantir o repasse que havia sido acordado e deveria ser investido em inúmeras obras que hoje se encontram paradas. Essas obras estão paradas por causa da incompetência do atual governo, que poderia cobrar do Banco do Brasil essa dívida de R\$1.000.000.000,00. Desde a decisão do juiz da Vara de Fazenda Pública até hoje, o Banco do Brasil teria de ter pago aos mineiros mais de R\$100.000.000,00. Quantas vidas não seriam salvas com esse dinheiro? Mas, mais uma vez, o governador, o Fernando da Dilma, pensa apenas em fazer demagogia política com os eleitores mineiros.

Desculpem-me, mas, como disse antes, não vou conceder apertes em função da importância da matéria. Todos sabem que sou extremamente democrático, mas, neste caso, peço a compreensão dos senhores.

Mais uma vez, o Fernando da Dilma se preocupa apenas em fazer média com seus companheiros políticos, criando cargos, aumentando salários e propondo aumento de salário de secretários de Estado e do próprio governador.

Hoje, venho aqui - estou quase concluindo minhas palavras - para dizer ao atual governo e ao líder do governo que aqui se encontra que espero que essa relação dos próximos quatro anos seja uma relação de respeito, uma relação que vise sempre aos interesses de Minas Gerais. E aqui quero reafirmar que, ao contrário do que o atual governo tem espalhado pelos quatro cantos, quem não votou o orçamento foi a oposição no passado, hoje situação. Quem não teve a responsabilidade de medir as consequências que causaria aos mineiros foram os deputados que atualmente estão na situação e que apoiam o governo e que, rapidamente, já mudaram de ideia; aqueles que, no passado, subiam a esta tribuna para fazer demagogia e propor reajuste de reais aos servidores, para também propor uma séria de obras e que já mudaram, já sumiram e não sobem mais a esta tribuna.

O que espero é, como eu disse inicialmente, que a presidenta da República e o Fernando da Dilma desçam do palanque e governem para os brasileiros e para os mineiros.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, embora o deputado Gustavo Corrêa tenha feito uma análise inteligente da caminhada feita por mais de 2 milhões de brasileiros, quase 3 milhões no último domingo, eu gostaria também de fazer algumas considerações. Muita gente interpretou esse levante da população brasileira como um protesto contra a corrupção exagerada, além dos limites na Petrobras e em outros órgãos do governo federal.

Mas nós estamos aqui para atribuir como fator principal do inconformismo dos brasileiros o descontrole total e absoluto na economia do atual governo da República. Por que estamos falando do descontrole da economia? Porque, antes do governo Dilma Rousseff, a inflação estava em 5,5% e agora está em 7,5% e crescendo cada vez mais. Os juros, taxa Selic estavam em 10,7% e agora estão em 12,7%. As ações da Petrobras custavam R\$28,00 e agora estão a R\$8,00. O dólar estava a R\$1,50 e agora está a R\$3,20. E assim vai... Nós poderemos aqui analisar a questão da elevação exagerada dos combustíveis, gasolina, óleo diesel e outros. Também a elevação incontida da energia. Quem paga a conta de luz está sentindo no bolso o peso do descontrole desse governo. O índice de desemprego aumenta cada vez mais. Os direitos trabalhistas estão sendo cada vez mais sacrificados. (- Manifestação nas galerias.)



Sr. Presidente, peço ao pessoal do Sindpúblicos para aguardar.

O presidente - Solicito aos presentes nas galerias para ouvirmos o deputado Bonifácio Mourão. Vocês têm as reivindicações, estamos aqui para ouvi-los também, mas solicito para ouvirmos o deputado. Aqui há deputados da situação, da oposição, então, vamos ouvir, na calma, para vocês contribuírem com a democracia.

O deputado Bonifácio Mourão* - Peço a V. Exa. que desconte o meu tempo, o tempo em que estou sendo interrompido, embora a Casa, assim publicamente, seja muito simpática a todos nós, principalmente do bloco de oposição. Agora é a hora do Grande Expediente, de os deputados se manifestarem. Então, peço aos senhores que estão na galeria que prestem atenção. Estamos fazendo uma avaliação exatamente para buscarmos o real motivo, ou seja, o motivo pelo qual o gigante despertou, pelo qual o povo brasileiro foi às ruas. Isso foi apenas o começo. Teremos inúmeras outras manifestações do povo brasileiro, com certeza.

Dizíamos dos desmandos e da violência que estão campeando no País. Deputado João Leite, por que a presidenta Dilma Rousseff foi uma pessoa na campanha eleitoral e é outra no governo? Na campanha ela dizia que quem ia levantar a inflação e trazer o arrocho fiscal seria Aécio Neves. Por que ela está fazendo tudo isso? Por isso é que, na última pesquisa do Datafolha, 54% dos brasileiros consideraram a presidenta da República Dilma Rousseff uma pessoa falsa. Falsa por quê? Porque mentiu ao povo brasileiro. Isso é grave. A mentira é grave para qualquer pessoa, sobretudo para uma presidenta da República.

Por trás disso também, do inconformismo dos brasileiros, está a incompetência no gerenciamento deste país e a corrupção que levou a Petrobras a cair na avaliação de empresas, de agências internacionais como a Moody's e a Standard & Poor's. Elas abaixaram até lá embaixo a nota da Petrobras. Por causa disso os investidores estão retirando todos os seus investimentos da Petrobras. Isso gera muito desemprego e descrédito no governo brasileiro de modo geral.

Por isso, não posso calar-me nem silenciar-me diante dessa situação que o Brasil está atravessando. O povo, o gigante, como disse aqui, acordou e não dormirá enquanto essa situação não mudar. Com certeza o protesto continuará. Eu, Sr. Presidente, não participei diretamente do protesto, fiquei em casa. Por quê? Porque não queria, com a minha presença, em hora alguma, dar um caráter partidário àquele movimento, que foi pacífico do princípio ao fim. É preciso que se chame a atenção sobre essa questão. Muita gente já está dizendo que não se pode fazer levante. Não houve levante com o sentido de incendiar nada. Foi um protesto democrático e pacífico. Democrático nos termos em que prevê a Constituição brasileira, com a livre iniciativa e liberdade ampla de expressão. Foi o que o povo brasileiro fez. Se o povo brasileiro não pudesse ir às ruas mostrar seu inconformismo por meio de milhares e milhares, milhões e milhões de pessoas, de nada valeria essa expressão constitucional de dar liberdade ao povo para manifestar-se.

Quero, ainda, retomando um pronunciamento que fizemos aqui, falar sobre fato de o governo Fernando, do PT, transferir para a Assembleia a culpa da suspensão de inúmeras obras em Minas Gerais, inclusive da suspensão, deputado Wander, das obras dos hospitais regionais que têm um valor enorme, impressionante e incrível para o povo mineiro, principalmente o mais carente. No entanto, as obras dos hospitais regionais de Governador Valadares, Teófilo Otôni, Sete Lagoas, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Uberaba e outros municípios mineiros estão suspensas pelo governo Fernando, do PT. O pior é que ele põe a culpa, deputado João Leite, na Assembleia Legislativa. Diz que é porque não votamos o orçamento. Isso é uma mentira de que o povo mineiro precisa deve ter conhecimento.

O governo do Fernando, do PT, não aceitou... (- Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente, vou aguardar.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Esses ruídos prejudicam quem está falando. Tem de haver respeito, gente. Não podemos fazer isso.

Vocês estão na Casa do Povo, têm de entender que há uma parceria do povo com os representantes.

Com a palavra, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão* - O governo do Fernando, do PT, jogou a culpa na Assembleia Legislativa. Paralisou as obras e disse que a Assembleia Legislativa não votou o orçamento. Ora, não votou por quê? Porque o próprio Fernando, do PT, não deixou que a sua base - hoje, sua base; no ano passado, oposição - votasse o orçamento. Tínhamos de ter votado, no ano passado, o orçamento que vigoraria este ano, pelo princípio da anualidade estabelecido pela Constituição Federal e consagrado na Constituição Mineira. O orçamento é votado em um ano para vigorar no ano seguinte. Tínhamos de ter votado, mas a oposição da época - hoje situação - obstruiu os trabalhos e não deixou. E isso serviu de desculpa para o governo suspender as obras dos hospitais regionais, assim como outras, não fazer nada e jogar a culpa na Assembleia.

Ora, isso não é verdade, é mentira. O governo Fernando Pimentel - o Fernando, do PT - não está sendo sincero com o povo de Minas Gerais e está fazendo uma grande injustiça com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Por exemplo, deputado João Leite, o hospital regional de Governador Valadares está sendo objeto de uma ação civil pública, movida pelo promotor de justiça Lélcio Calhau, para responder por que há tantas pessoas nas macas, nas filas e nos corredores. Há pessoas na fila para entrar na maca nos corredores. Ele quer uma resposta nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, o governador Fernando, do PT, suspendeu as obras do hospital regional, que já tem 80% delas prontas, entregando-o à depredação. É com isso que não podemos concordar em hipótese alguma.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Aliás, estamos aguardando duas pessoas do Sindpúblicos para conversarmos. Estamos à disposição.

Gostaria de fazer um comentário em relação à fala do deputado Gustavo Valadares. Imaginem que estamos aqui com esses dados: um estado que interrompe as obras de um hospital de Governador Valadares, sua cidade, que é referência para toda a região das outras cidades do Leste de Minas e para onde vão as pessoas buscando atendimento para a saúde. Ele interrompe e devolve R\$1.000.000.000,00 para o Banco do Brasil. Isso é crime. Fernando de Dilma, esse governador...

Estive nas ruas e vi a indignação das pessoas - o deputado Duarte Bechir estava lá também - com as promessas não cumpridas. As pessoas começarão a cobrar de Fernando de Dilma, porque ele para os hospitais e devolve R\$1.000.000.000,00 para o Banco do



Brasil. Por que ele tirou a multa que o Banco do Brasil tinha de pagar e que a Justiça determinou. E agora ele perdoa, devolve R\$1.000.000.000,00 para o Banco do Brasil, e para o hospital de Governador Valadares... Fernando de Dilma incorre em crime.

O deputado Bonifácio Mourão* - Ouviremos agora o deputado Gustavo Valadares, próximo orador. E queremos apartear-lo para comentar essa questão. Concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Serei bastante breve, deputado Bonifácio Mourão. Só gostaria de justificar que, como o deputado Lafayette de Andrada terá os 15 minutos finais depois de V. Exa., então falarei sobre esse assunto do Banco do Brasil, tão importante a todos nós mineiros, na tarde de amanhã, na próxima reunião ordinária.

Já foi protocolado por mim, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, um convite aos secretários de Fazenda e de Planejamento, para que venham à Casa explicar por que, num período de vacas magras, de pouco dinheiro, de muitas dificuldades, de tantas obrigações a pagar, o Estado abre mão do recebimento de R\$1.000.000.000,00, que seriam gastos para pagar a dívida que existe, sim, com as empreiteiras - R\$500.000.000,00 -, fruto do trabalho dessas em diversas obras de infraestrutura no Estado, ao longo dos últimos anos. Também deveriam ser usados, os outros R\$500.000.000,00, para investimento em segurança, saúde e educação. Então esse requerimento já foi protocolado por mim na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Amanhã trataremos esse assunto com mais calma e com mais tempo, para discorrer sobre ele.

O deputado Bonifácio Mourão* - Estaremos acompanhando com muita atenção, deputado Gustavo Valadares, até porque votamos aqui o empréstimo nosso, da base do governo Anastasia, de cerca de R\$8.000.000.000,00, para construir inclusive o Caminhos de Minas, programa por meio do qual seriam ligados 230 trechos. E essas cidades não estão sendo ligadas porque o Banco do Brasil não liberou o dinheiro. Agora o governo do Fernando, do PT, age como se o dinheiro não fosse para Minas. Ele teria que agir entendendo que o dinheiro é para Minas, o dinheiro é para os mineiros, o dinheiro é para os municípios de Minas Gerais. O dinheiro não é do PT. Ele não teria o direito de desistir de ação alguma. Teria que cobrar o crédito e as multas, representando o interesse maior do povo do Estado de Minas Gerais. Acompanharemos aqui, deputado Gustavo Valadares, para saber se ele trará uma solução melhor do que essa. Porque quem desiste de uma ação ou pede a suspensão de uma ação que está correndo na Justiça, em que haveria multa no valor de R\$1.000.000,00 por dia, é claro que tem que trazer uma solução melhor para os mineiros. É o que esperamos. Acredito que ele não conseguirá. Estou pessimista com referência a isso. Lamento. Estou torcendo para que consiga.

Sr. Presidente, para terminar, gostaria de ler a publicação de uma carta no *Estado de Minas*. São três linhas apenas. Eu sou do Leste de Minas Gerais, e essa pessoa escreveu uma carta altamente ofensiva ao Leste de Minas, ao Vale do Aço e ao Norte de Minas. A publicação diz o seguinte: “Engraçado... foi o interior de Minas, sobretudo o Vale do Aço, o Leste e o Norte de Minas, que reverteram a forte votação que a Grande BH deu a Aécio; ou seja, foram essas regiões que deram a eleição para a Dilma; e agora estão aí fazendo passeata, falando “Fora Dilma”. Vocês têm mais é que comer farinha... bando de burros... burros...”

Estão nos chamando de burros e falando que temos de comer farinha.

Sr. Presidente, considero isso um desrespeito, apesar de termos aliados, até companheiros. Estou falando que essa pessoa escreveu no *Estado de Minas*, ofendendo graciosamente todas as pessoas do Leste, do Vale do Aço e do Norte de Minas. Está aqui a deputada Rosângela Reis, que é do Vale do Aço. Há inúmeros deputados do Norte, e outros de outros vales. Estão nos chamando de burros e falando que temos de comer farinha. Por quê? Porque o nosso povo também participou do protesto, temos que comer farinha? Fica registrado aqui o nosso protesto, Sr. Presidente, em nome de todo o povo da nossa região, da qual nos orgulhamos muito. Não é isso, deputado Carlos Pimenta?

* - Sem revisão do orador.

O deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes do Sindpúblicos aqui presentes, democraticamente acompanhando esta reunião. Antes de entrar no tema que eu gostaria de desenvolver aqui, quero dar uma palavra às pessoas do Sindpúblicos que estão nas galerias. A luta de vocês é sensata e justa, não podemos desanimar. Apenas para ajudar no encaminhamento, várias vezes tive o prazer e a honra de reunir-me com a representação de vocês. Algumas conquistas importantes foram feitas ao longo do governo que passou, mas outras mais precisam acontecer. Já conversei com o deputado Sargento Rodrigues, atual presidente da Comissão de Segurança Pública; é lá que é realizada a nossa audiência pública, cara a cara, olho no olho, com os deputados do governo, que serão convocados também para discutir a questão dos vencimentos de vocês.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Deputado Lafayette, conceda-me aparte para completar o seu pronunciamento em relação aos funcionários que aqui estão, os quais quero cumprimentar.

O deputado Lafayette de Andrada* - Perfeitamente.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Sugiro a V. Exa. fazermos uma audiência em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte, para engrossarmos o trabalho em favor desses funcionários.

O deputado Lafayette de Andrada* - Excelente. Isso foi muito bem lembrado. Mas agora vou pedir licença aos senhores, porque irei desenvolver outro tema que também é importante. O deputado Mourão começou seu pronunciamento falando das manifestações que aconteceram no final de semana. Esse é um momento muito sério que estamos atravessando.

Logo após as manifestações de domingo, com centenas de milhares de pessoas em todo o País - e quero registrar isso -, a grande mídia noticiou sobre a multidão que se juntou em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza, ou seja, nas capitais; mas em todo o País aconteceram manifestações. O povo foi às ruas espontaneamente, para dizer: “Basta, não aguentamos mais tanta incompetência, não aguentamos mais tanta corrupção, tanta ladroagem”. Não foi isso que o povo escolheu quando foi às urnas. Quando o povo foi às urnas, e a maioria dos brasileiros, uma maioria pequena, elegeu a presidenta Dilma, ele a elegeu baseado no discurso que ela fez na campanha, que era exatamente o contrário do que ela está fazendo hoje: um grande engodo, uma grande mentira. Ela ganhou as eleições e está iludindo a população, principalmente os mais simples, que votaram em massa nela. Votaram porque acreditaram nela. Eles não votaram na presidenta para aumentar a conta de luz em 40%, como ela fez logo após as eleições; eles não votaram nela para aumentar o preço da gasolina, que hoje está beirando os R\$4,00, enquanto a Petrobras está baixando o

preço da gasolina nos países onde trabalha: Paraguai, Uruguai e Argentina. Não foi para isso que o povo brasileiro elegeu a presidenta da República, Dilma.

Por isso o povo brasileiro foi às ruas para dizer “basta, chega, Dilma, não aguentamos mais, não é isso que queremos”. E não tiveram o pagamento de R\$35,00 mais um sanduíche, como aconteceu na manifestação pequena, muito pobre, de sexta-feira, organizada pela CUT. Não. O povo foi em massa às ruas para dizer “não queremos mais o PT governando o Brasil. Não aguentamos mais o PT governando o Brasil, roubando do povo brasileiro, roubando na Petrobras, tirando da boca do pobre” ... Rouba demais. Rouba da Petrobras, rouba no Petrolão. O povo está vendo tudo na televisão.

Sr. Presidente, todos os dias estamos vendo isso na televisão. Não sou eu quem está dizendo isso, deputado Rogério Correia. Quem está falando são os grandes canais de televisão. Quem está falando é a Rede Globo, no *Jornal Nacional* e no *Fantástico*. É o *Jornal da Band*, o *Jornal da Record*, a *Folha de S.Paulo*, o *Globo*, o *Estadão*. Não sou eu, mas o povo brasileiro, que foi às ruas domingo para dizer “basta de corrupção, chega de ladroagem, não queremos o PT nos governando”. É isso que o povo veio dizer nas ruas, deputado Rogério Correia.

Sr. Presidente, quero continuar outra linha de raciocínio. Além do basta que o povo disse ao PT nas ruas... Interessante, deputado Sargento Rodrigues, pois depois dois ministros fizeram uma audiência pública, deram uma entrevista dizendo que quem foi para lá foram os eleitores do Aécio. Meu Deus do céu, será que não viram as pesquisas, que estão mostrando que a presidente tem só 7% de aprovação? Noventa e três por cento da população brasileira não quer mais o PT no governo, não quer mais a presidenta Dilma no governo. Essa é a realidade. As pesquisas estão indicando isso, e é isso o que o povo brasileiro foi dizer, com todas as letras.

Foi uma manifestação sadia, uma manifestação pacífica, mais espontânea, sem os R\$35,00 mais um lanche. Foi uma manifestação espontânea. O povo foi às ruas. O povo foi dar o recado.

Nós votamos. Quando digo nós, digo grande parcela da população brasileira. Muitos votaram na Dilma acreditando no programa de governo que ela apresentou à época das eleições. Quando das eleições, ela apresentou um programa de governo. Conforme o que ela disse, a população votou, mas enganada. Sobretudo os mais simples foram ludibriados. Caíram na conversa boa, na conversa fiada. Agora estão cortando o Fies, aumentando a luz e os impostos, querendo tirar os direitos trabalhistas. Foi nisso que o povo brasileiro votou? Foi nessa Dilma que o povo brasileiro acreditou? Foi nessa Dilma que uma parcela da população acreditou? Esta é a pergunta que faço: será que os eleitores que votaram na Dilma - aqueles bem-intencionados que votaram por acreditar nela -, se soubessem que ela faria o que está fazendo, se ela tivesse declarado que faria isso, votariam nela?

O deputado João Leite (em aparte)* - “Nem que a vaca tussa”.

O deputado Lafayette de Andrada* - Uma de duas: ou ela mentiu, e se mentiu é estelionato; ou ela, por incompetência, acreditava que poderia fazer aquilo que não está fazendo. Nas duas hipóteses, vamos muito mal. O Brasil está indo para o ralo. Essa é a nossa grande verdade.

Meu caro presidente, passado esse desabafo, esse comentário que fazemos aqui, certo é que precisamos refletir com seriedade sobre o que aconteceu nesse domingo. É necessário fazer um estudo com extrema seriedade.

O deputado João Leite (em aparte)* - Quería, neste momento, somente contribuir com sua fala. Acaba de sair uma pesquisa do Datafolha: (- Lê:) “Maioria foi às ruas contra corrupção, diz Datafolha”.

O deputado Lafayette de Andrada* - O Datafolha entrevistou os brasileiros e disse que o povo foi para as ruas porque não aguenta mais tanta corrupção.

Quero, rapidamente, deslocar o eixo das discussões para Minas Gerais. Temos aqui um tema que muito me preocupa e muito me aflige. Refiro-me aos designados da Lei nº 100. Foi protocolada nesta Assembleia Legislativa uma PEC, que recebeu o nº 3. Era a antiga PEC nº 69, da legislatura anterior. A PEC está aqui, nesta Casa. Foi designada comissão específica para elaborar seu parecer. Durante duas semanas ou três, o PT e o PMDB impediram que essa comissão especial se reunisse para exarar seu parecer. Nem elegeram seu presidente durante três semanas, e olha que o tempo urge. Sabemos que o dia 31 de março é o prazo fatal. O PT e o PMDB obstruíam, não deixaram a comissão se reunir.

O deputado João Leite (em aparte)* - Eu era o presidente *ad hoc*, presidente.

O deputado Lafayette de Andrada* - V. Exa. era o presidente *ad hoc* por ser o deputado mais antigo da comissão. A comissão não se reunia porque o PT e o PMDB não deixavam isso acontecer. Por fim, já estava ficando tão na cara, já estava ficando tão mal para eles sequer abrirem a reunião, que resolveram finalmente abri-la e eleger o presidente da comissão, o eminente deputado Rogério Correia, aqui presente. A vice-presidente é a deputada Marília Campos.

Compete ao presidente da comissão designar o relator. A informação que tenho é a de que, até hoje, o presidente não se dignou a designar o relator. Faço uma pergunta. Será que essa é uma estratégia puramente protelatória? Essa é a intenção? A intenção é a comissão não exarar o parecer e a Assembleia se calar? É essa a vontade dos deputados do PT e do PMDB e dos demais parlamentares que compõem a base de governo? A intenção é não permitir a votação da PEC nº 3, que poderia resolver de uma vez por todas a questão dos designados da Lei nº 100? Será que é isso que o PT e o PMDB estão fazendo? É essa a estratégia? Não designa.

De modo geral, toda comissão especial, quando se reúne, elege seu presidente e, imediatamente, esse presidente designa o relator. Às vezes, ele mesmo se autodesigna relator, para exarar rapidamente um parecer, que vem a Plenário. Não, lá, depois de três semanas, não permitiram que comissão se reunisse. O ambiente estava ficando extremamente desagradável, em virtude dessa posição. Eles então se reuniram, elegeram um presidente do PT, e esse presidente não designou relator. Fica muito clara a estratégia que estão usando aqui e que, a meu ver, é uma maldade que estão fazendo com os designados da Lei nº 100.

Partindo para o final do meu pronunciamento, vejo, sobretudo na questão da educação, uma grande decepção dos servidores dessa área com o governo atual. É o que se percebe. Há pouco tempo, vimos no *facebook* da Bia, presidente da CUT, críticas ao governo atual. Ela dizia estar desencantada, desmotivada, que nada daquilo que havia sido acertado e prometido durante a campanha eleitoral do PT havia acontecido. Isso estava no *facebook* da Beatriz Cerqueira.



Recebi isto do Sind-UTE da região do Sul de Minas: (- Lê:) "O Sind-UTE, através do seu coordenador regional, Prof. Luiz Carlos, convoca todos os educadores a participar da assembleia estadual, dia 31 de março, em Belo Horizonte, com paralisação total das atividades. O governo de Minas não está cumprindo os compromissos assumidos com a categoria, não cumpriu a democratização das superintendências regionais de ensino e não quer pagar o piso salarial, alegando dificuldades financeiras. Apresentou uma proposta inaceitável, pois, mesmo antes de aprovar o orçamento, criou mais de quatro secretarias de Estado para abrigar apadrinhados". Isso veio da CUT. Chegou do Sind-UTE uma cópia disso para mim, convocando os servidores da educação; portanto, a situação que estamos vivendo no âmbito federal é o desmando. A corrupção está aí.

As pesquisas indicam que a população foi para as ruas com a intenção de dar um basta na corrupção, um basta neste governo do PT. Aqui em Minas, há o desencanto daqueles que votaram no PT, porque, realmente, votaram acreditando numa proposta de governo, e o que foi proposto, efetivamente não aconteceu.

Quero dizer que se apresenta na sociedade brasileira hoje um grande desencanto com aquilo que o PT vem fazendo com o povo brasileiro. Mais uma vez, amigos do Sindpúblico, contem conosco. Estamos firmes na batalha de vocês.

Como eu disse, está presente aqui o deputado Sargento Rodrigues. Iremos, sim, fazer uma audiência pública, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, como foi pedido pelo deputado Carlos Pimenta, para discutir e debater essa questão, que é importante. É uma questão de fundo, que precisa ser discutida com responsabilidade, olho no olho, com aqueles que têm a caneta e que, efetivamente, podem discutir.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/3/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

exonerando Rita de Cássia Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Gabinete do Deputado Cássio Soares

nomeando Roneido Teófilo de Carvalho Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Felipe Attie

exonerando, a partir de 23/3/2015, Caio Márcio Ferreira do Couto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa

exonerando, a partir de 23/3/2015, Celina Alves Padilha Arêas do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 23/3/2015, Murilo Ferreira da Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Murilo Ferreira da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Karolina Alkmim dos Santos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Patrícia Regina Ferreira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Ronaldo Resende Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 23/3/2015, Ricardo Luiz Marques Cerqueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Cíntia Valdez Salviano para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Gelismar Kelly da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José de Arimatheia Silveira Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;



nomeando José Geraldo de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Meiga Hélia Mourão Mafra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 3/3/2015, na pág. 7, onde se lê:

“Célio Sena”, leia-se:

“Sélio Sena”.